



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 63ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Solenidade Realizada na 62ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a oficializar o ato de restituição simbólica do mandato de deputado estadual de Armando Ziller
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/9/2013

Presidência dos Deputados Rômulo Viegas e Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.526 a 4.528/2013 - Requerimentos n°s 5.599 a 5.602/2013 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Rômulo Viegas) - Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:



OFÍCIOS

Da Sra. Adenir Soares Martins, do Sr. Gerson Paulino da Silva e da Sra. Maria Julia Bonfim, representantes, respectivamente, dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública 4, 1 e 7, de Ipatinga, solicitando a intercessão desta Casa para que o Estado reative e assuma a gestão do Olho Vivo (sistema de monitoramento por câmeras de vídeo) nesse município. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Antônio A. Caram Filho, diretor-geral da Arsae-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.296/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Antônio Carlos Gonçalves (Lorindo), presidente da Câmara Municipal de Caeté, encaminhando moção de repúdio dessa Casa ao Ministério da Educação pela proposta de exclusão das Apaes do Plano Nacional de Educação. (- Às Comissões da Pessoa com Deficiência e de Educação.)

Do Sr. Antônio Carlos Gonçalves (Lorindo), presidente da Câmara Municipal de Caeté, encaminhando moção de apoio ao presidente desta Casa pela defesa das Apaes. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Do Sr. Carlindo Dourado Souza, presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, encaminhando indicação aprovada nessa câmara solicitando a intercessão desta Casa junto ao governo do Estado para a construção de barragens de perenização nos Rios Gravatá e Piauí e a realização de audiência pública nesse município para debater o assunto.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.176/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nos 4.688/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 4.810 e 4.818/2013, da Comissão de Segurança Pública.

Do Cel. PM QOR Eduardo Mendes de Sousa, diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.129/2013, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.381/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes, secretário de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.022/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Do Sr. Gilson Coleta Barbosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nanuque, encaminhando moção de dessa Casa Legislativa à aprovação da lei orgânica da Polícia Civil. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012.)

Do Sr. Helber Leite Lopes, assessor parlamentar do deputado federal Aelton Freitas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.380/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Hélio Sydol, chefe do Gabinete da Presidência do Ibama, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.015/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Do Sr. Jairo Nogueira Filho, coordenador-geral do Sindieleiro-MG, solicitando a intercessão desta Casa junto à Cemig em apoio aos trabalhadores concursados da Cemig Serviços aos quais se refere. (- Às Comissões do Trabalho e de Direitos Humanos.)

Do Sr. Lucas Cruz Neves, procurador-geral do Município de Betim, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.395/2013, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira, presidente da Ruralminas, encaminhando a relação de processos rurais a serem escriturados administrativamente por essa fundação e outras informações relativas a esses processos. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.164/2013, da Comissão de Combate ao Crack.

Da Sra. Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.378/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rodrigo Minotto, chefe de gabinete do ministro do Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.969/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.677/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Rosângela Maria Alfenas de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Ubá, encaminhando representação aprovada por essa câmara em que se solicita à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal a aprovação do texto da meta 4 do Plano Nacional de Educação tal como encaminhado pela Câmara dos Deputados. (- Às Comissões da Pessoa com Deficiência e de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.526/2013

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jacutinga área de 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados) a ser destacada do terreno de 5.870m² (cinco mil, oitocentos e setenta metros quadrados) de propriedade do Estado de Minas Gerais, registrado sob o nº 3.828, do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jacutinga, com 84m (oitenta e quatro



metros) de frente na Rua Cafarnaum, lado par da numeração urbana; 119m (cento e dezenove metros) na Rua Hebron; 40m (quarenta metros) no fundo, confrontando com o lote nº 11 do quarteirão "G" e 79m (setenta e nove metros) no lado, confrontando com Esther de Souza Toledo e seus sucessores.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo será destinado à instalação de uma creche.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2013.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de área de 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados) a ser destacada do terreno de 5.870m² (cinco mil, oitocentos e setenta metros quadrados) de propriedade do Estado de Minas Gerais ao Município de Jacutinga, a ser usado para a instalação de uma creche.

Fundamenta-se o interesse do Município na formalização da doação desse imóvel de propriedade do Estado pela necessidade de atendimento à população, considerando que a creche irá atender a demanda no bairro.

Assim, apresentamos este projeto de lei, esperando contar com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.527/2013

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro do São Diogo e Bairros Vizinhos, com sede no Município de Paraguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro do São Diogo e Bairros Vizinhos, com sede no Município de Paraguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Associação dos Agricultores Familiares do Bairro do São Diogo e Bairros Vizinhos, fundada em 25/5/2009, com sede no Município de Paraguaçu (Distrito de Guaipava), é uma entidade sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração e constituída na forma de uma associação civil, com personalidade jurídica própria.

A Associação tem por finalidades, entre outras, a comercialização conjunta de leite, a inseminação artificial de bovinos, celebração de convênios médico, odontológico e estudantil e a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e não agropecuárias, para melhorar as condições de vida de seus associados. Além disso, propõe-se oferecer aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais, desportivas e sociais, fomentar a realização de atividades visando à exploração do turismo e a assistir as famílias de agricultores em suas atividades.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.528/2013

Declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, com sede no Município de Bambuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, com sede no Município de Bambuí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2013.

Fabiano Tolentino

Justificação: A Associação Orquidófila de Bambuí, com sede nesse município, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades precípuas congregar os amantes de orquídeas, visando a sua cultura; divulgar conhecimentos sobre o cultivo dessas plantas e promover intercâmbio com entidades afins.

A associação está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que desenvolve um trabalho social, é justa a declaração de sua utilidade pública estadual.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.599/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Dnit pedido de providências para a instalação de placas de identificação do acesso ao Município de Lagoa da Prata no trecho da Rodovia BR-262 próximo ao Município de Moema. (- À Comissão de Transporte.)



Nº 5.600/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, da Secretaria de Defesa Social, pedido de informações sobre o número de adolescentes que sofreram medida de internação nos últimos cinco anos nas unidades de internação do Estado.

Nº 5.601/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre a aquisição de macacão para o desarme de bombas pelo Grupo de Ações Táticas Especiais; sobre a aquisição de equipamentos de proteção individual para os policiais encarregados do policiamento especializado; e sobre a aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos para utilização dos policiais nos municípios que fazem divisa com outros estados.

Nº 5.602/2013, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre a execução financeira do Fundo de Erradicação da Miséria relativa ao exercício de 2013. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente - A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião para a realização do Encontro Estadual do Fórum Técnico Mobilidade Urbana: Construindo Cidades Inteligentes.

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 20, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Entrega de Diploma - Palavras do Sr. Arnaldo Ziller - Palavras do Sr. Antônio Faria Lopes - Palavras do Sr. Paulo Elisiário Nunes - Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel - Palavras do Presidente - Apresentação Musical.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a oficializar o ato de restituição simbólica do mandato de deputado estadual de Armando Ziller.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa os Exmos. Srs. Arnaldo Ziller, filho do deputado Armando Ziller; deputado Cássio Soares, secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; e deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente desta Casa; a Exma. Sra. deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; e os Exmos. Srs. Paulo Elisiário Nunes, vice-presidente do Ipsemg e companheiro de partido do deputado Armando Ziller; Antônio Faria Lopes, deputado estadual da 10ª Legislatura - de 1983 a 1987; José Neris, presidente estadual do PCB; Alfredo Brandão Horsth, presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal; e deputado Celinho do Sinttrocel.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. vereador Ronaldo Gontijo, bem como dos senhores e das senhoras Paula Tourinho, representando o ex-deputado Genival Tourinho; da Exma. Sra. Maria Cristina Rodrigues, presidente da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil; do Exmo. Sr. Betinho Duarte, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte de 2003 a 2004; da Exma. Sra. Silvia Helena Rabelo, secretária municipal adjunta de Direitos de Cidadania; e do Exmo. Sr. Clotário Cardoso, presidente do Sindicato dos Bancários. Saudamos de maneira especial os parentes do homenageado, que terá o mandato restituído nesta cerimônia, seus sobrinhos Amilcar Ziller, Rosa Ziller, Antônio Carlos Ziller e o neto Armando Ziller Neto; os irmãos do deputado que tem o seu mandato restituído nesta cerimônia, Sr. Albiluz e Sra. Albina Ziller, e a sua filha Hélia Ziller. O irmão Albileo Ziller infelizmente não pôde estar presente em razão de força maior.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Escola Criarte, sob a regência do maestro José Alarico Elias Gonçalves.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor - Com a palavra, a deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade e do Projeto de Resolução nº 4.163/2013, que deu origem à Resolução nº 5.437, de 12/7/2013, que dispõe sobre a restituição simbólica do mandato de deputado estadual de Armando Ziller, eleito em 1947, pelo Partido Comunista do Brasil - PCB.



Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Exmo. Deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, obrigado por estar aqui presidindo esta sessão. Cumprimento Arnaldo Ziller, que, neste ato, representa o nosso caro e querido amigo Armando Ziller, e, em seu nome, cumprimento todos os familiares presentes; deputado Cássio Soares, secretário de Defesa Social, representando o nosso querido governador, Antonio Anastasia; Exmo. deputado Ivair Nogueira, 1º vice-presidente desta Casa; caro amigo Paulo Elisiário Nunes, vice-presidente do Ipsemg e secretário-geral do PPS, militante, comunista em toda a sua vida do PCB - muitos dos seus anos passou ao lado do Armando Ziller; meu caro amigo Antônio Faria Lopes, que foi deputado desta Casa e sempre foi um militante das causas democráticas, da luta dos trabalhadores.

A vida inteira falamos que a vida tem lados. Sempre acho que a política também tem lados, o lado em que queremos estar. O Faria, assim como o Ziller e todos que estão na Mesa e no Plenário, sempre escolheu o lado da luta dos trabalhadores, a luta por mais direitos, por mais democracia, por mais liberdade, por um Brasil construído com mais possibilidades para todos. Faria também foi militante bancário e conviveu muito com a irmã do Ziller na luta sindical.

Quero cumprimentar o Alfredo Brandão Horsth, presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, de Tocantis e do Distrito Federal. Em nome dele, cumprimento o presidente do Sindicato dos Bancários. Quero dizer que Faria também foi bancário, militante bancário, e conviveu muito também com Armando Ziller na luta sindical. Cumprimento o Alfredo Brandão, presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, na pessoa de quem cumprimento o presidente do Sindicato dos Bancários aqui presente; alguns bancários que já manifestaram aqui a presença e conviveram muito com Armando Ziller; meu caro amigo José Neris, presidente do PCB, também companheiro de longa luta; senhoras e senhores.

Gostaria de dizer da alegria de ter apresentado esse projeto de resolução. Acho que é um momento histórico para a Assembleia Legislativa. O cientista Otávio Soares Dulci disse que não foi a Assembleia que cassou o mandato do Ziller, mas que ela foi obrigada a conferir a destituição. Não foi um ato da Assembleia, dos eleitores, do povo que o elegeu, mas por imposições nacionais, com fortes ligações com a discussão de reorganização de força e de poder dos blocos do mundo, que o mandato do Ziller foi extinto, assim como o de outros 14 deputados federais e de um senador da República. Diga-se de passagem, foi o senador com a maior votação, em termos proporcionais, da nossa República.

Recentemente, o Congresso Nacional restituiu o mandato do Prestes e de mais 14 deputados federais que tinham sido eleitos naquela legislatura e que, também por esse ato de força, foram extintos. Muitos se perguntam do porquê de se estar fazendo isso agora, se já faz tanto tempo. Primeiramente, nunca é tarde para se reparar essa injustiça com o cidadão Armando Ziller, com quem tive o privilégio de conviver. Quero dizer-lhes que, naquele momento, quem militava num partido clandestino, como o PCB, era de uma aridez, de uma dureza de vida muito grande. As pessoas, muitas vezes, eram impedidas, inclusive, do convívio familiar, dos amigos. Com essa decisão, já estava expondo a sua vida, mas não podia expor a dos familiares e dos amigos, não podia ter livre trânsito, não podia abertamente manifestar os seus princípios, a sua ideologia. Eram momentos, vamos dizer assim, de trevas.

Mas quero dizer-lhes que, apesar disso tudo, dessa dureza da vida - que o diga aqui o nosso querido Adalberto Timóteo, também um velho do alto dos seus 95 anos, mas com a energia de um jovem, que faz política até hoje. Está ali o nosso comandante. Viveu essas dificuldades sua vida inteira - Armando Ziller era uma pessoa de extrema cordialidade, extremo otimismo, de bem com a vida, de uma gentileza e de uma docilidade imensas. Essa dificuldade de manifestação da sua inserção na sociedade não o deixou amargo.

Alguém já disse aqui que ele era um excelente orador, que fugia aos lugares-comuns do discurso, extremamente convincente na sua oratória, porque tinha também uma convicção dos seus pensamentos. Quando estamos convictos, temos mais chances de tentar vencer das ideias que defendemos.

Então, Armando Ziller tinha essas características: uma pessoa afável, delicada, com uma manifestação de cordialidade o tempo todo, não se exaltava, mesmo em momentos em que era colocado em xeque. Quero, então, resgatar aqui essas lembranças que tenho dele, da sua oratória, da sua capacidade de convencimento e também dessa postura de não perder jamais a docilidade. Como dizia Che Guevara: "Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás". Quer dizer, era duro na defesa intransigente das suas ideias, mas também era extremamente afável no convívio com os amigos, no convívio partidário. Com certeza é por isso que até hoje é muito lembrado pelos bancários, pelos trabalhadores deste país como uma pessoa que fez história.

Alguém falou que está tarde para fazer isso. Nunca é tarde para se reparar um erro. E isso, mais do que reparar um erro, é devolver simbolicamente ao povo de Minas, aos seus familiares, aos militantes políticos, partidários e aos que acreditam que um outro mundo ainda é possível, pois não precisamos viver essa selvageria que vivemos no dia a dia. E é por isso que estamos aqui. Esta é uma manifestação inequívoca da Assembleia de Minas e do povo para que atos como esse não tenham mais lugar na sociedade. Estamos reafirmando o valor da democracia, das liberdades e cada vez mais o pluralismo político e a ampla liberdade de manifestação política e ideológica.

É fundamentalmente para isso que estamos fazendo este ato, para que esses valores permeiem permanentemente a nossa sociedade, pois ganha o conjunto. A defesa tem de ser de todos e não apenas de um segmento da sociedade, para que todos ganhem indistintamente. Essa é a jovem democracia do Brasil, que é resultado de luta de anos, séculos e de muitos, como Armando Ziller, vários de seus companheiros e de todos nós que acreditamos, apostamos e fizemos essa escolha. Escolhemos um lado para estar aqui neste mundo, um lado que aponta a justiça social, a liberdade e a democracia. Queremos que isso se afirme definitivamente como um valor universal da sociedade do Brasil e do mundo. Armando Ziller foi cassado, o PTB foi cassado, 14 deputados federais e um senador foram cassados em função de disputas de blocos ideológicos e econômicos no mundo, protagonizados à época, com a Guerra Fria, pela União Soviética e pelos Estados Unidos.

Essa intolerância não existe apenas no nosso país, ela também existe no mundo. O ser humano merece cada vez mais construir e viver dignamente tanto no Brasil como no mundo. E agora, muito mais, posso dizer que somos cidadãos do mundo, porque não há mais limite de comunicação, é instantânea. O que acontece em um país tem imediata repercussão em outro. O trânsito de mercadorias



também favoreceu essa relação, que é inclusive cultural. Mais do que nunca somos cidadãos do mundo. Esses valores precisam permear as relações multilaterais de todos os povos do mundo.

Quero dizer da minha satisfação. Está presente o Pompílio Canavez, que foi bancário e presidente do sindicato e falou sobre o seu convívio com o Armando Ziller. Também quer falar o João Leite, que é o nosso grande deputado estadual do PSDB. Não sei se está dentro do protocolo, mas o nosso presidente é muito democrático e há de concordar. Então quero ouvir a manifestação do deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputada Luzia Ferreira, obrigado. Armando Ziller merece essa quebra do Regimento e do protocolo da Assembleia Legislativa. Solicitei ao presidente Dinis Pinheiro, que imediatamente nos concedeu esta oportunidade, e queria saudá-la. V. Exa. dá um grande presente à Assembleia Legislativa ao trazer novamente, e agora de maneira legal, o diploma conferido pelo povo de Minas Gerais a Armando Ziller como deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Na verdade, faltava na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a presença dele, o símbolo dele. Queremos reconhecer o papel importante que V. Exa. teve, bem como o do nosso presidente Dinis Pinheiro, ao dar à Assembleia Legislativa esse presente, que é Armando Ziller e essa família tão amada. Ao saudar a memória de Armando Ziller, quero saudar o seu irmão, Albiluz Ziller, meu conselheiro, sempre ligando, e sua irmã aqui presente. Albiluz sempre me liga e me orienta. Tenho a alegria de ser amigo dessa família e especialmente de ouvir as histórias de Armando Ziller contadas por Antônio Faria, que nunca se esqueceu dele, sempre me falando sobre essa figura tão importante.

Quero saudar o Arnaldo Ziller, filho do deputado Armando Ziller e dizer, deputada Luzia Ferreira: em nome do PSDB, incumbi-me o deputado Marcus Pestana, presidente estadual do PSDB, que está em Brasília, a mim, que sou presidente do PSDB de Belo Horizonte, de representar aqui o partido, para que tivéssemos a oportunidade de nos manifestarmos em nome do PSDB. Pedi-me também o senador Aécio Neves que trouxesse para a Assembleia Legislativa o reconhecimento do nosso partido, ao trazer esse símbolo para a Assembleia, ao reconhecer, ao confirmar a decisão do povo de Minas Gerais, que tem em Armando Ziller seu deputado. E a Assembleia Legislativa não podia faltar a isso, inscrever e colocar esse símbolo da democracia brasileira e mundial aqui nos anais da Assembleia Legislativa.

Parabéns, deputada Luzia Ferreira, parabéns, presidente deputado Dinis Pinheiro, por dar à Assembleia Legislativa a presença novamente de Armando Ziller, essa grande liderança e exemplo da democracia que deveria assegurar aqui mesmo, deste lugar, a condição em que o povo de Minas Gerais o colocou: deputado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Parabéns e muito obrigado.

A deputada Luzia Ferreira - Obrigada, deputado João Leite. Quero também conceder aparte ao deputado Pompílio Canavez.

O deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Quero também agradecer ao presidente deputado Dinis Pinheiro a oportunidade de também poder expressar a minha alegria de participar deste momento importante. Cumprimento o Sr. Arnaldo Ziller, por cujo intermédio cumprimento todos os familiares; cumprimento Antônio Faria e todos os companheiros bancários, que sempre lutaram no passado e também agora no presente. Está aqui também, entre nós, o atual presidente do sindicato dos bancários, Sr. Clotário Cardoso, que representa os bancários de Minas Gerais neste momento tão importante. Também fui presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, na década de 1990. Claro que Armando Ziller sempre foi uma referência de luta para nós, de alguém que sempre colocou a luta pelo Brasil, pelos trabalhadores acima até da sua própria vida, do seu próprio conforto. E pagou muito caro por isso, até teve de ficar longe da família, longe do Brasil, longe de Belo Horizonte.

Realmente o Luiz Otávio Dulci foi feliz ao dizer que não foi a Assembleia que tomou a iniciativa de tirar o mandato de Ziller, mas é a Assembleia que está fazendo essa correção. Então, parabéns a todos os parlamentares que neste momento estão devolvendo o mandato de Armando Ziller. Muitas injustiças foram cometidas no Brasil, em várias partes do mundo, contra homens e mulheres que sempre lutaram muito para que tivéssemos um mundo melhor. Armando Ziller significa isso para nós. Eu, quando fui presidente do sindicato dos bancários, gostava de ler antigas atas, antigos relatórios e ver ali a luta dos bancários, ver fotografias e sentir a energia que sempre esteve presente na luta dos trabalhadores, especialmente dos bancários, que sempre tiveram um papel fundamental na democracia brasileira.

Parabéns, deputada Luzia Ferreira, por esta iniciativa. Quero, em nome do PT, o meu partido, também do Bloco Minas sem Censura, dizer que Armando Ziller está entre nós e esta Casa hoje está muito mais feliz. Parabéns, muito obrigado.

A deputada Luzia Ferreira - Agradeço os apartes. Sabemos que outras pessoas querem dar seu testemunho. Mais uma vez quero falar da minha alegria de ter propiciado este momento através de um projeto de resolução que certamente teve o apoio e a concordância do nosso presidente.

Quero dizer que continuaremos essa luta, assim como todos que aqui estão. Estão aqui velhos comunistas e novos comunistas. Encontra-se aqui a juventude do PPS, jovens que não conviveram com Armando Ziller porque nem eram nascidos, mas que comungam deste momento conosco. Aliás, encontram-se aqui alguns jovens que conviveram com ele, e que ainda são jovens - Jorge Espescht, Geraldo Magela.

Mas o que nos une neste momento é exatamente a profunda convicção de que precisamos, cada vez mais, construir um país em que todos sejam acolhidos e tenham vida digna, num ambiente democrático, de respeito à pluralidade, com cada vez mais afirmação da vida e do ser humano. Muito obrigada.

Entrega de Diploma

O locutor - Neste instante, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará entrega ao Sr. Arnaldo Ziller, filho do deputado Armando Ziller, de diploma alusivo a esta homenagem. O diploma a ser entregue traz os seguintes dizeres: "A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.437, de 12/7/2013, resultante da aprovação de projeto de autoria da deputada Luzia Ferreira, restitui simbolicamente, por este diploma, o mandato de deputado estadual a Armando Ziller, eleito para a 1ª Legislatura - 1947-1951 - , pelo Partido Comunista do Brasil - PCB".

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Convido a deputada Luzia Ferreira para nos acompanhar, por gentileza.



O locutor - Ato contínuo, o presidente, deputado Dinis Pinheiro, juntamente com a deputada Luzia Ferreira, passam às mãos do Sr. Arnaldo Ziller, filho do deputado Armando Ziller, um bóton usado exclusivamente pelos deputados e deputadas desta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à entrega do diploma.

Palavras do Sr. Arnaldo Ziller

Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Cássio Soares, secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o governador do Estado Antônio Anastasia; Deputado Ivair Nogueira, vice-presidente da Assembleia Legislativa; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a esta solenidade; Exmos. Srs. Paulo Elisiário Nunes, vice-presidente do Ipsemg; Antônio Faria Lopes, grande amigo, deputado estadual da legislatura de 1983 a 1987 e companheiro inseparável das lutas de Armando Ziller; Alfredo Brandão Horsth, presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal; José Neres, presidente estadual do PCB; minhas senhoras e meus senhores, meus queridos e prezados familiares, meus tios e minhas tias, minha família, meus filhos; esta é uma solenidade muito importante para toda a família Ziller.

Fiz um breve relato da trajetória do Armando Ziller, que, aliás, é pública. Todos conhecem mais ou menos a luta com que se empenhou pela classe dos bancários, dos trabalhadores. Foi uma luta muito dura e difícil que todos nós, da família, vivenciamos, de certa forma, em determinada época. Todos também participamos da luta dele.

Ele foi filho do primeiro casamento do Prof. João Ziller e de D. Luiza Gazzoli Ziller e teve três irmãs, já falecidas - Armada, Angelina e Abgail. Com o falecimento da esposa D. Luiza, o Prof. João Ziller se casou, em segundas núpcias, com D. Rosa Leonello Ziller, a quem Armando sempre reverenciou como verdadeira mãe, e teve como irmãos e irmãs Adalgisa, Adelchi, Anfrido, Amilcar - já falecidos - ; e, entre nós, Albiluz, com a tia Sara, a tia Albina, a queridíssima Tia Minó, que está aqui conosco, e o tio Albileo, que não pôde comparecer porque está convalescendo de uma cirurgia em Brasília.

O Prof. João Ziller, erudito, poliglota e educador renomado, é um dos mais festejados tradutores da *Divina comédia*, de Dante. Como educador, fundou escolas em várias cidades dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nos anos 30 do século passado, a família do Prof. Ziller, D. Rosa e filhos, estava na cidade de Itararé, na fronteira de São Paulo com o Paraná. O ano de 1930 é o da revolução. Itararé era o ponto onde ia ser deflagrada uma das maiores batalhas da guerra, dessa revolução, a qual acabou não se realizando. Todo esse preâmbulo é para ver o ambiente onde o Armando Ziller foi criado e viveu.

Em Itararé, ele conheceu a sua futura esposa, a Filomena, da família Melillo, ou seja, Filomena Melillo, em condições interessantes e até inusitadas. Na cidade de Itararé, havia um cinema - aliás, o cinema, na época, exibia filmes mudos - e, juntamente com o filme ou a celuloze do filme, acompanhava-se uma partitura musical, que era tocada de acordo com o andamento da película. D Filomena, exímia pianista, interpretava no piano a parte musical. E havia ali um violinista, que era o Armando Ziller, tocando violino. Daí, então, eles se conheceram, formaram um casal e viveram casados por 45 anos.

Casaram-se em 1933, ano em que ele foi aprovado em concurso para o Banco do Brasil. Tomou posse na agência de Santos, São Paulo. Ai teve seus primeiros contatos com outros bancários, com quem iniciou a base para criação de um sindicato. Foi transferido no ano seguinte para Curitiba, onde nasceram seus três filhos Hélia, aqui presente, Armando, falecido em 1979, e Arnaldo. Também em Curitiba, Armando Ziller movimentou-se para a formação de uma associação de bancários, que seria transformada em sindicato. Atuando sempre com lealdade e desenvoltura entre os companheiros, tornou-se o líder natural dos empregados em estabelecimentos bancários. Em Curitiba, desenvolveu seus conhecimentos sobre o socialismo na leitura de Marx e Engels, filósofos alemães, autores que divulgaram o *Manifesto comunista* em 1848, e, claro, lendo sempre a bíblia, principalmente os evangelhos, lendo profundamente os ensinamentos da bíblia. Gostava de citar um livro de escritor mineiro cujo nome me foge à lembrança neste momento, *Meu caminho de Marx a Cristo*. Ele então completava que iria escrever um livro cujo nome seria *Meu caminho de Cristo a Marx*, ou seja, um comunista gerado pela bíblia, como ele gostava de falar.

Em 1940 transferiu-se para Belo Horizonte, onde já residiam seus pais e irmãos. Aqui entrou oficialmente para o PCB, onde militou até seu falecimento, em 17/5/1992. Atuando no sindicato dos bancários, foi eleito seu presidente e, com toda a classe, venceu a famosa greve de 1946, que estabeleceu condições dignas de trabalho para os bancários, conquista irrevogável. Esse movimento vitorioso foi a alavanca para sua eleição a deputado estadual constituinte, em 1946, com expressiva votação.

Os ventos promissores da democracia, libertados pela vitória dos aliados contra o nazifascismo, fizeram prosperar a convivência das forças democráticas mundiais, infelizmente por pouco tempo. Com os confrontos da Guerra Fria estabelecidos entre as duas mais poderosas nações, o combate ao comunismo no mundo ocidental recrudescer. Assim, com nove meses de mandato, Armando Ziller teve cassada sua condição de deputado. O então presidente do Brasil, Gen. Eurico Gaspar Dutra, cancelou o registro do PCB e, conseqüentemente, todos os seus representantes eleitos em todo o País foram cassados. A partir de então, sofreu uma série de perseguições e permanente vigilância. Com a cassação do mandato, o Banco do Brasil, ainda sob ordens do Gen. Dutra, demitiu sumariamente Armando Ziller de seus quadros funcionais, ainda que tivesse sido aprovado em concurso público. Foram dois anos fora do banco passando as privações decorrentes do desemprego. Foi vítima de atentado em Nova Lima por jagunços, quando foi assassinado o líder mineiro William Dias Gomes.

Em 1952, durante a campanha mundial contra a produção de armas nucleares, em luta pela paz, lutando pela paz, foi preso quando participava de uma reunião a portas abertas. Um dos "suspeitos de sempre" - sem saber ao certo suspeito de quê - era procurado e detido, como em 1954, quando do suicídio de Getúlio; em 1956, na posse de Juscelino; em 1962, na renúncia de Jânio Quadros; quando escapou de ser preso graças à ajuda de seus irmãos e sobrinhos - aliás o Amílcar, que veio de Brasília e está aqui conosco. Foi perseguido também na tumultuada posse de João Goulart e, enfim, esteve exilado em 1964, quando do golpe militar. Armando Ziller, no dia do comício de 15 de março, estava em Paris, na organização do congresso sindical mundial da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, ligada à ONU e à Unesco. Dada a situação caótica de extrema violência no Brasil, foi aconselhado a não voltar.



Foram 17 anos exilado em Praga. Somados os anos em que foi perseguido e exilado, são 33 anos de privações e restrições do exercício da cidadania.

Voltou anistiado ao Brasil em 1980. E agora, após coincidentemente outros 33 anos de espera, estamos celebrando, graças à iniciativa da deputada Luzia Ferreira, que conviveu politicamente com Armando Ziller, a reparação da injustiça e da violenta cassação do seu mandato. Mesmo agredido e perseguido, nunca perdeu a serenidade nem se deixou abater. O seu legado continua vivo na memória política de Minas e do Brasil. Em sua atuação como líder dos bancários, sempre procurou as vias do entendimento com os patrões. Dizia: “Nunca tratei o patrão como inimigo. A classe dele é inimiga da minha, mas isso não quer dizer que ele seja meu inimigo”.

Falando em nome da família de Armando Ziller, queremos agradecer profundamente a atitude corajosa da deputada Luzia Ferreira e do presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, que viabilizaram esta homenagem, dando mostras definitivas de suas posições democráticas. Agradecemos também a presença dos ilustres deputados da Casa, os familiares todos, aqui presentes; minha companheira de 45 anos, Lúcia Maria; amigos, correligionários e demais assistentes, meus filhos, netos, primos e sobrinhos. Encerro lembrando a frase que os gregos fizeram gravar no túmulo de Zenon: “A sua existência foi perfeitamente igual às suas convicções”. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Antônio Faria Lopes

Exmo. Sr. Presidente Dinis Pinheiro, de quem dou testemunho de um presidente que quer uma Assembleia verdadeiramente representativa do povo de Minas Gerais; deputada Luzia Ferreira, autora do projeto de resolução e minha amiga há muitos anos - não posso dizer quantos, porque talvez seja um pouco indelicado; e meu amigo Arnaldo Ziller, em cujas pessoas saúdo a Mesa. Saúdo a família: a Hélia, o Armandinho, *in memorian*, os irmãos Albiluz, Albina e Albileo; o meu amigo Manoel Marques Guimarães, jornalista, que também se empenhou muito nesse trabalho; e todos os presentes.

A devolução do mandato de deputado estadual que a Assembleia faz a Armando Ziller é uma homenagem que reconhece o erro histórico de tornar ilegal a existência de um partido político que representava uma parcela do povo brasileiro. Isso não muda o passado, mas lembra que a liberdade é uma conquista que exige eterna vigilância, como diziam, muitas vezes da boca para fora, os membros da UDN.

Esta solenidade é, principalmente, para recordar a vida, o valor e a importância política de um cidadão que lutava pela liberdade e pela igualdade como fundamentos indispensáveis à democracia: Armando Ziller. É diferente do ato que reabilitou os três trabalhadores cassados pela própria Assembleia, antes mesmo da edição do Ato Institucional nº 1 da ditadura militar, que tantos males causou ao nosso país.

Foram ocasiões e motivações distintas que provocaram erros semelhantes. Armando Ziller foi cassado em 1948, e Clodsmith Riani, José Gomes Pimenta - o Dazinho - e Sinval Bambirra, em 1964. Os quatro eram dirigentes sindicais, mas elegeram-se por partidos diferentes. Trabalharam juntos na construção da unidade sindical que mobilizou o País e conseguiu significativos avanços nos direitos trabalhistas, especialmente entre os anos de 1961 e 1964. Esse período foi tão intenso na história que merece ser mais bem estudado. Foi o tempo em que o movimento sindical teve mais força. Força que veio da união e da independência em relação ao governo e aos partidos políticos.

Armando Ziller foi um dos construtores dessa unidade e da independência do movimento sindical. Às vezes contrariando até a orientação do Partido Comunista, dizia: “O sindicato é de todos. No momento está na direção um comunista, amanhã pode ser outro... Até os fascistas eu admitia, se eles estivessem dentro da linha do sindicato e do estatuto. O PT faz hoje certas coisas que nós nunca fizemos. Não permitíamos que alguém chegasse com o dístico do partido na lapela numa reunião sindical: 'Não senhor! Isso aqui é de todo mundo, temos gente de todo tipo, não podemos transformar a entidade em um tipo só.' Não entrava boletim, não entrava propaganda. Fui candidato a deputado, mas dentro do sindicato não fiz propaganda alguma, não soltei boletim, nem cédula mandei pra lá. Nada, nada, nada. O sindicato é de todos, não tem partido.” São palavras do Armando Ziller no livro *Memória política de Minas*.

Essa posição de independência do sindicato possibilitou a união, antes do Concílio Vaticano II, de católicos e comunistas no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte. Armando Ziller era o mestre de todos pela sua sabedoria e pela sua coerência. Não admitia o sindicato como mera correia de transmissão - como se dizia na época - de nenhum partido político. Também não aceitava “pelegos”, isto é, dirigentes sindicais alinhados com o governo e que funcionavam como peça para evitar atritos entre patrões e empregados ou entre trabalhadores e o governo, como o pelego que era usado sobre o arreo do cavalo. Imagino que Armando não deve andar nada satisfeito com o que anda acontecendo nos dias de hoje com as centrais sindicais, atreladas ao governo ou a partidos políticos.

Era simples, como todo sábio. Cumpria todos os compromissos assumidos e exigia o mesmo de banqueiros, de companheiros de partido e de dirigentes sindicais. Estava sempre disposto a ouvir os que dele discordavam, desde que sentisse que buscavam outros caminhos para a construção da paz e da justiça, valores que nortearam a sua vida. Bem-humorado, era amigo de Aparício Torelli, o Barão de Itararé, vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Conhecia de cor frases e *causos* do Barão, que repetia para ilustrar os seus ou para amenizar as discussões. “O risco em política não é perder, é perder-se.” Lembrava frequentemente essa frase do Barão para lamentar o aumento do número de políticos que buscavam apenas os seus próprios interesses.

Armando Ziller é atualíssimo. Esteve pouco tempo na Assembleia. Tomou posse em março de 1947, antes de completar 39 anos de idade. Foi cassado em janeiro de 1948, antes de chegar aos 40. Um dia, um deputado muito rico ocupou a tribuna para ler um discurso profundamente anticomunista. Dizia, entre outros exageros, que o comunismo era contra a família e contra a religião. Contrariado, Ziller solicitou-lhe aparte. A democracia recente não perdoaria uma negativa, e o deputado rico concedeu-lhe o aparte. Ziller, calmamente e educadamente, como era do seu feitio, discordou do orador afirmando que o horror do adversário ao comunismo se explicava pelo seu apego ao grande patrimônio que possuía. Não era por causa da religião, porque religião ele não tinha nenhuma.



Também não era por causa da família, porque família ele tinha mais de uma. Os bancários que estavam nas galerias o aplaudiram e foram advertidos pelo presidente, que não aceitava manifestações.

Armando me contou que, pouco tempo depois da reabertura da Assembleia, recebeu em sua casa a visita de quatro colegas deputados. Mandou-os entrar e pediu a D. Filomena que preparasse um cafezinho para servir às ilustres visitas. Depois das indispensáveis preliminares, um dos visitantes explicou que a visita daquela comissão de deputados era para comunicar ao dono da casa que seria feita a entronização da imagem de Cristo no Plenário da Assembleia, em solenidade presidida por D. Antônio dos Santos Cabral, bispo da capital do Estado.

Com muito cuidado para não ofender o colega, acrescentou que respeitava o ateísmo do Partido Comunista, embora, claro, não concordasse com isso. Assim, em nome de todos e para evitar constrangimentos, pedia ao Armando que não comparecesse à solenidade. Ziller, com seu jeito bem-humorado e irreverente, olhou para cada um dos visitantes, criando um clima de suspense, e, pausadamente e com clareza, declarou que não poderia atender ao pedido da comissão. Ao contrário, fazia questão de estar presente. Diante do silêncio interrogador da comissão, declarou solenemente: “Agora não vou me sentir tão só naquela casa”.

Armando não era, definitivamente, um ateu. Ele próprio confessava que foram os evangelhos que o levaram ao comunismo. Talvez por isso tivesse a paz, legado de Jesus Cristo aos homens, como objetivo de vida. Aprendeu com Isaías que a paz é obra da justiça. Cedo se juntou aos que lutavam pela igualdade, caminho da justiça que conduzia à paz. Era amigo fraternal de católicos que combatiam o mesmo combate. Cito dois, entre muitos outros: Edgar de Godoi da Mata-Machado, que ele admirava muito, e José Edgard Amorim Pereira, falecido recentemente, seu colega do Banco do Brasil, adversário em eleições de sindicato, depois companheiro na nossa chapa de unidade.

Meu primeiro encontro com Armando deu-se no ano de 1959. Transferido da agência do Banco do Brasil de Pouso Alegre para a de Belo Horizonte, fui trabalhar na mesma seção em que ele trabalhava. Foi uma grande emoção vê-lo chegar, sobraçando um pacote de jornais do sindicato, que ele colocou sobre sua mesa de trabalho. Eu era militante da Juventude Operária Católica e tinha muito respeito e admiração por ele. Quando começou a distribuição dos jornais, ofereci-me para ajudá-lo na tarefa. Na saída do trabalho, iniciamos uma amizade e uma camaradagem que durou até sua morte. O fato de eu ser militante católico aproximou-nos mais ainda. Passei a frequentar o sindicato quase que diariamente.

Nas eleições de 1961 e 1963, não houve disputa. Católicos e comunistas estavam juntos na mesma chapa. Quando veio o Golpe Militar de 64, Armando estava na presidência da Federação dos Bancários de Minas Gerais, e eu era o presidente do sindicato de Belo Horizonte. Ele estava na Europa e por lá permaneceu até que viesse a anistia. Numa sexta-feira, 13/8/1965, foi condenado pela Justiça Militar a 30 anos de prisão. No mesmo julgamento, fui condenado a 18 anos. Fausto de Almeida Drumond e José Boggione receberam pena de 15 anos, e Alberto José dos Santos, pena de 10 anos. Sou o sobrevivente desse absurdo processo. Armando só voltou do exílio no ano de 1980, após a anistia. Ainda vivíamos sob o regime militar. Com as precauções necessárias, retomou a militância pela liberdade e aprofundou as discussões sobre a vida eterna e os desígnios de Deus.

Permitam-me lembrar, para finalizar, que, no velório do Armando, nesta Assembleia, eu disse que um verso de Chico Buarque resumia para mim, e muito bem, o que foi a vida do Armando: “Vem, que eu quero te mostrar as marcas que ganhei nas lutas contra o rei, nas discussões com Deus”. Naquele dia, terminavam as suas lutas contra o rei, mas as discussões com Deus continuariam. Deus que se preparasse.

Palavras do Sr. Paulo Elisiário Nunes

Caro presidente desta Casa, em cuja pessoa cumprimento todas as autoridades presentes: na pessoa de Arnaldo Ziller, cumprimento os seus familiares; na pessoa do Faria, cumprimento os bancários, embora seja ex-bancário; nas pessoas da deputada Luzia Ferreira e de José Neres, cumprimento todos os militantes comunistas presentes.

Tive a oportunidade de conviver com o Ziller, o que foi para mim um privilégio. Esse privilégio se deu em um momento muito difícil. Ziller estava no exílio. Eu e muitos companheiros estávamos em Moscou. Ziller foi encarregado pelo partido de explicar - se não estou enganado, em agosto ou setembro de 1965 -, o golpe militar. Foi um encontro muito difícil, pois estávamos com muitas dúvidas, perguntas e frustrações. Estávamos longe de casa. Ziller fez um panorama político e, ao mesmo tempo, abriu uma perspectiva. Claro que muitos de nós não nos convencemos das colocações, mas, naquele momento, comecei a entender que estava diante de uma pessoa diferenciada, de um quase político que, além de conhecimento, tinha uma forma de dizer as coisas e de chamar à luta, porque uma derrota não significa perder a guerra. Eu era jovem e prestei muita atenção às palavras do Ziller.

O mundo dá voltas. Reencontrei o Ziller em 1980, pós-anistia, aqui em Minas, militando no mesmo partido. A partir daí, passei a conviver e conhecer profundamente aquela pessoa que eu havia conhecido nos idos de 1965. Fomos incumbidos de fazer parte de uma mesma comissão, a comissão pela legalidade do PCB, e nos aproximamos muito mais. Era o momento em que havíamos tomado a decisão de que essa luta seria a nossa pedra de toque. Apesar das ameaças e das incompreensões de companheiros que não queriam lutar pela legalidade por achar que o aparelho repressivo ainda continuava intacto, tomamos uma decisão: legalidade ou cadeia, jamais a clandestinidade. Ziller soube muito bem nos encaminhar. Ele ampliou nossos horizontes. A legalidade só era possível com a ampliação da democracia. E para isso seria necessário envolver mais pessoas, mais democratas. Assim, ele passou a nos ensinar os caminhos e, ao mesmo tempo, ombro a ombro, a vencer as dificuldades, os momentos de incerteza. Aos poucos conquistamos a legalidade. Não foi fácil. Enfrentávamos internamente companheiros comprovados de luta, como Luís Carlos Prestes, que não tinha certeza da efetivação dessa luta, a tal ponto que rompeu com a direção nacional do partido.

Esse reencontro com o Ziller aqui, em Minas, deu-me a certeza de que, naquele momento de 1965, tive o privilégio de conviver com um mestre. Além das qualidades citadas pelos demais oradores, Ziller foi um homem de vida espartana. A ostentação nunca lhe subiu à cabeça, ele nunca deixou de cumprir com toda a dedicação sua tarefa, às vezes questionada. Era uma pessoa destemida. O Arnaldo relatou o episódio do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima, em 1946, quando o William Dias Gomes foi morto. Felizmente,



eles não conseguiram liquidar com Armando Ziller, retirado do sindicato no último momento. Mas não conseguimos salvar a vida do William. Para a direção nacional, Ziller foi um camarada que pensava que a política se faz com amplitude.

Ele passou a ser o símbolo do diálogo entre comunistas e católicos, que teve repercussão em nosso meio. Passamos a ter companheiros que seguiram essa orientação, como o Luiz Maranhão, companheiro do Rio Grande do Norte, um dos desaparecidos na época da ditadura, que fazia essa ligação dos comunistas com os católicos. Passou a ser referência para muitos dos sindicatos dos bancários do Brasil. Por fim, Ziller, o camarada, o homem bem-humorado.

Em uma passagem dele na reconstituição dos passos, na volta do exílio, numa reunião do Sindicato dos Bancários, quando ele foi falar, foi ensaiada uma pequena vaia. Ele disse: “Seria bom que vocês esperassem eu terminar, porque terão muito mais motivo para vaias”. Fez-se o silêncio, e ele fez o discurso. Por fim, um episódio nosso: ele fazia parte de nossa executiva estadual. Houve uma reunião em que ele não pôde participar. Um companheiro se encontrou com ele e disse: “Ziller, você não apareceu na última reunião”. Ele, muito calmo e bem-humorado: “Se eu soubesse que seria a última reunião, teria vindo”. Muito obrigado.

O presidente - Sr. Arnaldo, vou pedir perdão ao senhor nesta Mesa tão distinta, às senhoras, aos senhores e a esta família abençoada, porque preciso me retirar. Tenho uma viagem a Montes Claros e gostaria de solicitar ao deputado Ivair Nogueira, vice-presidente, que assuma os trabalhos.

Muito brevemente, amigo Betinho - depois o deputado Celinho do Sinttrocel terá oportunidade também de falar -, quero deixar aqui uma singela oração. Para mim é um orgulho, como presidente do Parlamento, como empregado dos mineiros, mais uma vez ter oportunidade de reafirmar o compromisso desta augusta Casa com o que há de mais sagrado e puro para qualquer brasileiro: a defesa dura e irrenunciável da democracia, da paz social, da liberdade e da justiça social. Armando Ziller literalmente personificou como ninguém esses valores tão caros na vida de cada um de nós. É isso que nos dá conforto, alegria para continuar percorrendo a estrada da vida e, para nós, de forma muito especial, a da vida pública.

Esse legado que ele deixou todos nós temos obrigação de sugar inteiramente para tentarmos ofertar a Minas e ao Brasil dias melhores. Este é o nosso dever, é a nossa missão: transferir, transportar ao próximo, ao semelhante, às gerações vindouras uma colheita de paz, de prosperidade, de dignidade cívica, de amor à pátria. Armando Ziller foi tudo isso, cultivou como ninguém. Foi um brasileiro que, de forma rara, conseguiu agregar tantos valores. Feliz da pátria que teve o espírito de ânimo de seus filhos com o espírito de Armando Ziller. Se o Brasil hoje é mais feliz, mais apaixonado, mais comprometido com o bem comum, com o brasileiro, com o trabalhador, com a melhor qualidade de vida para o nosso povo e com a devoção à pátria brasileira, isso se deve em grande parte a essa saga venturosa, tão bem alicerçada em bons princípios, em bons valores, do saudoso Armando Ziller.

Portanto, deixo um abraço especial para essa família, que, certamente, está com o coração inundado de alegria, de saudade, de emoção. Essa é a vida, é a vida bela que nos fascina, que nos empurra para deixar algo especial para os nossos filhos, para os próximos e para tantas outras gerações. Um beijo no coração dessa família. Perdoem-me. Deus abençoe essa família. Deputada Luzia Ferreira, parabéns por este momento luminoso para o Parlamento, para a nossa história, para o mineiro e para todos os brasileiros. Um grande abraço.

Gostaria de solicitar ao deputado Ivair Nogueira que conduzisse os trabalhos.

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Celinho do Sinttrocel.

Palavras do Deputado Celinho do Sinttrocel

Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira; Sras. e Srs. Deputados presentes, convidados, telespectadores da TV Assembleia, quero, primeiramente, fazer um pequeno pronunciamento. Não irei fazê-lo de pronto, porque não me arriscaria a falar de Armando Ziller sem escrever poucas linhas. Então, quero fazê-lo de forma rápida.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar a deputada Luzia Ferreira pela iniciativa deste ato. Quero me congratular com a família e os amigos de Armando Ziller, que tiveram o prazer de conviver e lutar com o camarada. Quero saudar todos os democratas, socialistas e comunistas de todos os partidos e os que não estão filiados a partidos, mas mantêm acesa a chama e a convicção no futuro da humanidade de paz e democracia.

O Brasil viveu, em sua história, momentos de grande turbulência, alternando democracia e ditadura. Neste momento em que, na nossa história, vivenciamos o mais longo período de democracia sem interrupção, já se vão 29 anos do colégio eleitoral de 1984, em que sepultamos a última ditadura. A democracia que há quase três décadas desfrutamos no Brasil não caiu do céu. É fruto da luta e da vida de muitas mulheres e muitos homens que lutaram por nosso presente. Nas ruas do Brasil, enfrentaram de peito aberto a ditadura e os generais. Foi assim na ditadura de 1964, foi assim no Estado Novo, foi assim na República Velha, em toda a nossa história.

A Resolução no 5.437, desta Casa, que restitui simbolicamente o mandato ao deputado Armando Ziller, faz justiça, ainda que tardiamente, não só ao valoroso camarada Ziller, mas a todas as gerações que lutaram com ele e, após seu falecimento, continuam lutando por democracia e socialismo.

Neste momento de guerras na Líbia, no Afeganistão, no Iraque, neste momento em que os Estados Unidos, mais uma vez, ameaçam a humanidade por meio de ameaças ao povo sírio, devemos nos lembrar do ano, do período da eleição de Armando Ziller.

Era o pós-Segunda Guerra Mundial, e todas as esperanças do mundo em nunca mais vivenciar sobre a Terra as atrocidades do nazifascismo fizeram com que as forças populares tivessem um reconhecimento de toda a população. O Partido Comunista do Brasil, PCB à época, elegeu nosso primeiro deputado comunista em Minas. Junto com ele, foram eleitos para a Câmara dos Deputados uma impressionante bancada de deputados federais, entre eles Maurício Grabois, Carlos Marighella, Jorge Amado, João Amazonas, entre outros; e o Cavaleiro da Esperança, Luís Carlos Prestes, para o Senado. Recentemente, por iniciativa da deputada Jandira Feghali e do senador Inácio Arruda, esses mandatos também foram restituídos nessas duas Casas federais.

Neste momento em que o Brasil precisa encarar sua história, revelar as verdades, punir os assassinos e torturadores, homenagear as vítimas, a Assembleia Legislativa de Minas faz justiça. Aquela legislatura em que Ziller foi eleito teve a marca da disputa, da garra e da combatividade da bancada comunista no Congresso Nacional. Foi assim também aqui nesta Casa. A presença de Ziller nesta Casa

também deixou a marca dos comunistas. O homem, que revelava que quem o trouxe ao comunismo não foi Lênin, e, sim, a Bíblia, marcou a sua presença nesta Casa. Sua firmeza, que persistiu por toda a sua vida até maio de 1992, quando faleceu, deixou exemplos.

Mas os ventos do pós-guerra, em plena Guerra Fria, não deixaram a primavera florescer. Primeiro cassaram o registro do Partido Comunista; depois, em outro ato de puro arbítrio, cassaram-se os mandatos comunistas. Ziller lutou toda a vida, mostrou que o parlamento é um importante espaço para a luta do povo, mas não o único. Mostrou no sindicato toda a combatividade na defesa dos bancários. Após o longo exílio, reencontrou seus camaradas e seu povo.

Entre para o Partido Comunista do Brasil no ano de 2003, a convite do então deputado federal Sérgio Miranda. Sérgio, assim como Ziller, dedicou toda a sua vida à luta do povo, da democracia e do socialismo. Sou sindicalista. Hoje tenho o orgulho e a responsabilidade de honrar a trajetória, a firmeza e a amplitude de Ziller. Quando comunistas como Armando Ziller, Sérgio Miranda, Prestes ou Amazonas são homenageados, essa homenagem, na verdade, é a todo o povo brasileiro. Homens como estes dedicaram sua vida ao povo, e, quando se homenageiam pessoas assim, homenageia-se na verdade o povo.

Parabéns Luzia Ferreira por sua iniciativa, camarada de Armando Ziller nos tempos do PCB. Parabéns à Mesa pela resolução. Parabéns aos comunistas mineiros. Parabéns aos familiares e amigos de Ziller. Parabéns ao povo mineiro. Meu muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Arnaldo Ziller, neste ato representando o seu pai, o deputado Armando Ziller; deputado Cássio Soares, secretário de Desenvolvimento Social, amigo e colega, representando o governador Antonio Anastasia; deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a essa solenidade, parabéns pela iniciativa; Paulo Elisiário Nunes, vice-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg; Antônio de Faria Lopes, deputado estadual da 10ª legislatura, de 83-87; Alfredo Brandão, presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal; José Lelis, presidente estadual do PCdoB; Betinho, amigo e eterno vereador; senhoras e senhores e deputados e deputadas, é um orgulho muito grande estar aqui como 1º vice-presidente da Casa. Neste ato, tenho a oportunidade de estender o discurso, em breves palavras, do deputado Dinis Pinheiro, que é um grande presidente, e que, por motivo de visita e viagem ao interior, à cidade de Montes Claros, não pôde continuar aqui. Estive com ele mais cedo e soube de sua alegria relativamente a este ato que está acontecendo, quando ele parabenizava a deputada Luzia Ferreira pela iniciativa. Esse é o presidente Dinis, que tem tido grandes iniciativas nesta Casa e essa foi mais uma delas.

A história, esta intensa narrativa que assinala as escolhas da humanidade e de seus povos, mostra-se cheia de idas e vindas. É assim que seus arquivos costumam ser reabertos para que se corrijam erros e a verdade possa recobrar seu lugar na memória das sociedades. Este é um desses momentos de rara importância, pois repara a dignidade e o mérito de um cidadão brasileiro cuja trajetória como líder sindical e político foi mais de uma vez atropelada pela incompreensão, pelo arbítrio e pela violência das forças antidemocráticas. A Assembleia de Minas restituiu, postumamente, a Armando Ziller, seu mandato parlamentar, conquistado nas urnas na primeira legislatura, correspondente à reabertura deste Legislativo, após os anos difíceis sob o Estado Novo, quando pela primeira vez nos submetemos a uma ditadura.

No entanto, nossa volta à democracia ressentia-se das influências externas da guerra fria, dividindo o mundo em duas grandes fronteiras ideológicas. Nesse contexto, o governo do general Eurico Dutra banuiu da cena política do País o Partido Comunista do Brasil. Como consequência, Minas Gerais extinguiu o mandato do único deputado eleito pela agremiação, mandato advindo, no entanto, do sufrágio popular. Apenas nove meses durariam as atividades de Ziller nesta Casa, paladino solitário na condição de representante do sindicalismo, como bancário oriundo dos quadros do Banco do Brasil. Fiel às suas convicções, o carioca que veio para Minas aos 2 anos de idade, quando sua família fixou-se na Zona da Mata, não abandonou seus ideais, permanecendo um comunista na clandestinidade e militando ativamente no mundo sindical, já em nível nacional. O golpe militar iria encontrá-lo na Europa, representando os interesses de nossos bancários junto à Federação Sindical Mundial, quando foi impedido de regressar, sendo conduzido a um exílio que duraria até a anistia, tendo vivido em Praga, Santiago e Buenos Aires.

Em seu retorno, seguiu defendendo o socialismo e os trabalhadores, vindo a falecer em 1992. Num momento em que a Comissão da Verdade examina as condições suspeitas da morte de João Goulart e quando a memória de tantos líderes populares é devidamente recuperada, é a vez de reconduzirmos Armando Ziller a um lugar de honra na memória desta Casa, a exemplo do que fizemos com Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta, o Dazinho, e Clodesmidt Riani, nossos colegas cassados durante a ditadura militar em circunstâncias diversas das que tiraram o mandato de Ziller.

De qualquer forma, se é que será sempre impossível resgatar toda a dívida contraída com esses cidadãos, a Assembleia de Minas pelo menos o faz parcialmente, entendendo que, assim, é possível sinalizar para a sociedade que toda forma de ditadura, de autoritarismo deve ser banida do fazer político em uma democracia. Para lembrarmos um pouco a figura humana extraordinária que foi Armando Ziller, sempre convivendo com seus muitos irmãos e seus três filhos, ouçamos o que escreveu em 1945. Abrem-se aspas: “Os sindicatos não devem ser apenas órgãos de defesa dos interesses econômicos de uma corporação, mas escolas de esclarecimentos, de cultura e de educação política”. Fecham-se aspas.

Esse humanista de larga visão política era ainda extremamente bem-humorado. Um pouco de seu humor pode ser aqui lembrado, pois, além de nos fazer sorrir com leveza, remete à enorme coerência e à permanente lealdade de Ziller a seus princípios. Convidado por um político para uma troca de ideias, respondeu: “Podemos conversar, sim; trocar ideias, não. Estou satisfeito com as minhas”.

Com a devolução simbólica de seu mandato, faz-se justiça a um homem de caráter irreprochável, cuja vida sempre buscou a liberdade, a democracia e a defesa da constituição. Fiquemos, mais uma vez, com suas palavras no discurso em que protestava contra o cancelamento do registro de seu partido: “Aqui estamos para defender a Constituição. Não sou eu quem está ferindo a Constituição; ela foi ferida pelas autoridades que assumiram o compromisso solene de defendê-la, de cumpri-la. E eu estou me batendo pela democracia sem qualquer resquício de ódio”. Este foi o homem que, à sua época, Minas e o Brasil conheceram. Que sua voz, que suas palavras voltem à cena da história.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Orquestra Escola Criarte, que, sob a regência do maestro José Alarico Elias Gonçalves, apresentará as canções *João e Maria*, de Chico Buarque, e *Se essa rua fosse minha*, do cancionista popular.

- Procede-se à apresentação musical.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JÚLIO CEZAR DE ANDRADE MIRANDA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA TV MINAS, EM 4/9/2013.

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do PSDB) e os deputados Vanderlei Miranda, Tiago Ulisses, Elismar Prado e Luiz Henrique (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do indicado, a discutir e votar o parecer, para turno único, da Indicação nº 82/2013, do governador do Estado, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda. Abertos os debates, a deputada Luzia Ferreira usa da palavra e, a seguir, a presidência, atendendo à solicitação do Plenário para votação de projetos, esclarece que a arguição pública do convidado continuará na próxima reunião. Logo após, agradece a presença dos parlamentares e do convidado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Tiago Ulisses - Glaycon Franco.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2013

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Manoel Jorge de Castro, prefeito municipal de Januária, encaminhando o projeto Prevenir Drogas – Januária Diz Não às Drogas; e do Sr. Ronaldo Guilherme Vitelli Viana, coordenador do programa Papo Legal, encaminhando as fases de atuação do referido programa; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 5/9/2013, do Sr. Dorivaldo Ferreira de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Salinas. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.182/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Célio Moreira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Mário Henrique Caixa em que solicita seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento do uso de *crack* e outras drogas no Município de Três Pontas e região; e Glaycon Franco em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realização de parcerias com entidades privadas que queiram colaborar na execução das políticas sobre drogas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/9/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão e Fabiano Tolentino, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (23 e 24/8/2013 e 5/9/2013) e do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (24/8/2013). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado André Quintão (4) em que solicita seja realizada visita ao Mercado Distrital de Santa Tereza para discutir proposta de implantação de Escola Automotiva nessa unidade e verificar eventuais intervenções fiscais ali realizadas; seja realizada visita à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público para debater a decisão do Conselho Municipal de Política Urbana referente à destinação do Mercado Distrital de Santa Tereza e à flexibilização de uso da lei da Área de Diretrizes Especiais; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de



informações sobre os motivos para o fechamento da Escola Estadual Pedro Américo, localizada no Bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, e sobre as propostas para a utilização do espaço da escola e os instrumentos jurídicos que serão utilizados para sua concretização; e seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja instalada a segunda vara na Comarca de São Gotardo, bem como sejam designados dois juizes colaboradores, em caráter de urgência, até que se resolva a demanda; e do deputado Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações quanto à suposta exigência de número mínimo de autuações de trânsito a serem realizadas pela Polícia Militar de Minas Gerais como meta do Acordo de Resultados; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a publicação do Diário Oficial do dia 7 de setembro de 2013, no qual é feita referência ao Município de Ribeirão das Neves como "Ribeirão das Trevas" na tabela que nomeava professores estaduais para o município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

André Quintão, presidente - Duarte Bechir - Maria Tereza Lara.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/9/2013

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos deputados presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento ao debate sobre a situação dos educadores estaduais que estão em campanha salarial, os mecanismos de remuneração, os investimentos totais nas redes estadual e municipal, desde a infraestrutura até o sistema pedagógico, e a promoção da paz nas escolas; e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Luciana Meireles Ribeiro, diretora da Central de Carreiras e Remuneração, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Maria Sueli de Oliveira Pires, secretária-adjunta da Secretaria de Estado de Educação, representando a Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, titular dessa pasta; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da CUT-MG e coordenadora-geral do Sind-UTE-MG, e Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais; e os Srs. Eduardo Sérgio Coelho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais - Sindpúblicos -, e Carlos Kleber Bechir, diretor do Sindpúblicos, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos deputados Célio Moreira (substituindo o deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR) e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do MSC). Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente - Bosco - Elismar Prado - Maria Tereza Lara.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 23 de setembro de 2013, destinada a homenagear as Rondas Táticas Metropolitanas da PMMG.

Palácio da Inconfidência, 20 de setembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.372/2013

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude Relatório

De autoria do deputado Hélio Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Kung Fu Black Monkey, com sede no Município de Governador Valadares.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a esta comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.372/2013 visa declarar de utilidade pública a Associação de Kung Fu Black Monkey, com sede no Município de Governador Valadares, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo organizar e estimular a prática do Kung Fu, promovendo a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua.

A prática esportiva promove a saúde e o bem estar e reduz a probabilidade de acometimento de doenças, especialmente aquelas relacionadas ao sedentarismo. Além disso, auxilia na construção da convivência, promovendo a interação e a sociabilidade. Desta forma, o esporte se reveste de indiscutível importância no desenvolvimento da sociedade, especialmente no que se refere a formação de adolescentes e jovens.

Tendo em vista a importância do trabalho social desenvolvido pela Associação de Kung Fu Black Monkey, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.372/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2013.

Tenente Lúcio, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Associação Comercial de Elói Mendes pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.300/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sicoob Central Crediminas pelos 25 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.326/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Sônia Maria Benedita, diretora da Escola Estadual Dr. Aurino Moraes; com os alunos que menciona e com o Grêmio Estudantil Nova Geração pela publicação do livro *Ponto de vista - grandes ideias de jovens escritores* (Requerimento nº 5.330/2013, do deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel e Papelão no Estado de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.331/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Sra. Silma Rabelo Montes pelo recebimento do prêmio Professor Nota Dez, concedido pela Fundação Victor Civita (Requerimento nº 5.339/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. José Fernando Coura pelo recebimento do título de Desenvolventista Mineiro de 2013 e da Medalha Juscelino Kubitschek de Oliveira, em evento promovido pela Associação dos Economistas de Minas Gerais e pela revista Mercado Comum durante as comemorações do Dia do Economista (Requerimento nº 5.342/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Câmpus Salinas pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.351/2013, do deputado Neider Moreira);

de congratulações com o CDL Jovem Belo Horizonte pelos seus 25 anos de fundação (Requerimento nº 5.353/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Secretaria de Saúde pela brilhante atuação dessa pasta no trabalho de profilaxia para tentar evitar a proliferação da dengue no próximo verão (Requerimento nº 5.547/2013, da Comissão de Saúde).

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 32º Batalhão de Polícia Militar e na 2ª Companhia de Missões Especiais da PMMG, pela participação em operação que culminou na prisão de três suspeitos de formação de quadrilha envolvidos em troca de tiros com a PMMG em Uberlândia que provocou a morte do médico Marcos Vinícius Galante Buissa (Requerimento nº 5.551/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso à Sra. Lorena Vaz de Melo, delegada de polícia, e aos policiais civis que menciona, lotados nas delegacias de polícia de Nova Lima, Ouro Preto, Itabirito, Mariana, Pedro Leopoldo, Sabará e Vespasiano, pela captura de quadrilha especializada em furtos a residências nas regiões dos Bairros Belvedere, em Belo Horizonte, e Vila da Serra, em Nova Lima (Requerimento nº 5.552/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Polícia Militar Independente e na 7ª Companhia de Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, pela operação que culminou na prisão de dois homens envolvidos com tráfico de drogas em Itaúna (Requerimento nº 5.553/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que participaram de operação que culminou na apreensão dos adolescentes que assaltaram uma joalheria no Bairro Floresta, em Belo Horizonte, e na recuperação das joias roubadas (Requerimento nº 5.554/2013, da Comissão de Segurança Pública).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/9/2013, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 23/9/2013, Roberta Soares Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Armando Pereira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Claudemir Carpe para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Paulo Leonardo de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Viviane Pereira Carpe para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2012**

Contratada: Universo Elétrico Ltda. Objeto: aquisição de materiais elétricos. Sanção: advertência. Fundamento legal: art. 22 da Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011, e art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2012

Contratada: L & Z Eletricidade e Iluminação. Objeto: aquisição de materiais elétricos. Sanção: advertência. Fundamento legal: art. 22 da Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011, e art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2012

Contratada: ST Filhos Comércio de Suprimentos Ltda. Objeto: aquisição de tonalizadores e fotocondutores. Sanção: advertência. Fundamento legal: art. 22 da Deliberação da Mesa nº 2.514, de 11/7/2011, e art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

TERMO DE CONTRATO CTO/106/2013

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Assistência a Casa de Convivência Pastoral da Criança. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO CTO/136/2013

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Papagaios. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO CTO/141/2013

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Papagaios. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/147/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Consominas Engenharia Ltda. Objeto: elaboração de projetos complementares executivos e pré-executivos para requalificação da Praça Carlos Chagas. Objeto do aditamento: modificações e acréscimos no objeto original. Vigência: a mesma do contrato ora aditado. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009-3.3.90(10.1).



TERMO DE ADITAMENTO ADT/157/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda. - EPP. Objeto: prestação de serviços de assessoria técnica especializada para definição de modelo de gestão gerencial e implantação de metodologia inerente. Objeto do aditamento: retificação do subitem 5.1 do Anexo I do CTO/14/2012. Vigência: a partir da assinatura até 27 de abril de 2014.



ERRATA

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/9/2013, na pág. 5, sob o título “Requerimentos”, no Requerimento nº 5.597/2013, onde se lê:

“apreensão de 2.408,5t de maconha”, leia-se:

“apreensão de 2.408,5kg de maconha”.